



EDUCAÇÃO POPULAR E RESISTÊNCIA NO CAMPO: O CASO DA COMUNIDADE VIVA DEUS¹

Jullyana Cristhina A. de Freitas

Graduanda no curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia
Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – jualmeida_freitas@hotmail.com

Juliana Ferreira de Sousa

Graduanda no curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia
Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – julianacereja10@gmail.com

Betania Oliveira Barroso

Prof^a. Dr^a. no curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia
Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – barroso636@hotmail.com

RESUMO

No artigo a seguir, objetiva-se refletir acerca de problemáticas referentes à educação do/no campo, focando na questão da resistência dos sujeitos, por meio do ensino, pesquisa e extensão vivida na comunidade Viva Deus, com base no Projeto de Extensão do curso de licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão, campus de Imperatriz, denominado “A formação de alfabetizadores (as) de jovens e adultos da zona rural de Imperatriz-MA: Projeto Comunidade Viva Deus”, que consiste em formar alfabetizadores (as) da própria comunidade, bem como a alfabetização de sujeitos Jovens e Adultos da Comunidade. A proposta central é expor que o processo educativo de sujeitos não se dá somente em espaços formais do sistema de ensino, mas também através de espaços e instituições informais, como é o exemplo do referido projeto que atua junto à comunidade. Embora sem estruturas básicas, O “Projeto Comunidade Viva Deus” consegue alfabetizar, politizar e dar suporte para que os sujeitos resistam na luta camponesa por território, tendo em vista que o lócus em questão trata-se de uma comunidade de “sem-terras” que se encontram acampados acerca de 15 anos, à espera de serem realmente assentados, às margens da Rodovia Pe. Josimo Tavares, mais conhecida como estrada do arroz, zona rural de Imperatriz-MA.

Palavras-chaves: Educação popular; resistência; Comunidade Viva Deus.

INTRODUÇÃO

Pretende-se aqui, apresentar, com base na experiência de extensão universitária, os processos que permeiam a educação em contextos informais de ensino, desenvolvendo um texto pautado a partir das experiências de um projeto de extensão que se desenvolve em torno da formação de educadores(as) para o processo de alfabetização/educação de jovens e adultos da zona rural de Imperatriz/MA na “Comunidade Viva Deus”, considerando as histórias e experiências de vida desses sujeitos em formação.

¹ O trabalho em questão é decorrente do Projeto de Extensão “A formação de alfabetizadores (as) de jovens e adultos da zona rural de Imperatriz-MA: Projeto Comunidade Viva Deus”, que consiste em formar alfabetizadores (as) da própria Comunidade, bem como a alfabetizar sujeitos Jovens e Adultos, ainda não alfabetizados, a partir do grupo de pesquisa, extensão e epistemologia da educação do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus Imperatriz.



A partir disso, objetiva-se desenvolver as reflexões com base nos pressupostos epistemológicos e metodológicos de Paulo Freire (1979, 1988), tendo em vista que é um autor de referência na práxis da Educação Popular desenvolvida com base nas especificidades dos sujeitos que a compõem. Vale a pena ressaltar que essa pesquisa também surgiu da necessidade educacional apresentada pela Comunidade e levada para o Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão.

Tendo em vista o caso da Comunidade Viva é possível notar que a luta dos acampamentos e assentamentos rurais não é somente por terra, mas também por educação. Nesse contexto, Freire (1979) assinala que a educação deve servir aos interesses da classe trabalhadora, levando em consideração, também, o trabalhador do campo, e segundo essa perspectiva, o grande desafio apresentado pelos movimentos sociais atuantes no campo tem sido pensar uma educação vinda do campo que contemple as necessidades de sujeitos que nasceram e vivem para o trabalho campesino.

Entretanto, vale ressaltar que a comunidade em questão não possui vínculo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, e nem com instituições escolares do campo. Não obstante, para termos atuações políticas de sujeitos situados num contexto de resistência, não necessariamente precisa haver a presença de órgãos ou entidades institucionalizadas, uma vez que, não precisamos de uma escola específica e própria para o campo, para considerá-la parte da modalidade Educação do Campo. Isso é reducionismo, e é politicamente perigoso e pedagogicamente desastroso (CALDART, 2008).

DESENVOLVIMENTO:

Tendo em vista as ideias introdutórias expostas a cima, é importante refletir sobre a Educação popular, que para Streck (2006) saiu do seu enclausuramento, e as atitudes de defesa e contestação deram lugar a uma busca para participar de forma propositiva da vida nacional. Dessa forma, a Educação, e principalmente de iniciativa popular, não mais se restringe a espaços formais como escolas, igrejas, sindicatos, entidades ou movimentos sociais, mas faz parte de algo maior, pois se incorporou também à política e ao modo de vida, vivido longe das grandes cidades juntamente com suas atuações políticas.

Partindo do pressuposto de que a Educação Popular não se restringe a espaços formais, denota-se que são necessárias ações para seu fortalecimento enquanto um



espaço não formal, uma vez que para Paula (2009), tais ações de sobrevivência se dão através das organizações de caráter popular sem referência ao Estado, ou através de fortalecimento em relação ao Estado, bem como do fortalecimento da sociedade civil com o público e de negociações sobre o coletivo, construídas por diferentes grupos.

Para Von Simson (2001) a educação não formal está voltada para a formação geral dos indivíduos, e conseqüentemente, não implica necessariamente em certificações nem comprovações de aprendizagem. Em consonância com essa perspectiva, Freire se utilizava da alfabetização e do letramento como ferramentas para que houvesse politização dos indivíduos, pois a alfabetização feita sozinha, sem elementos, como por exemplo, a contextualização da história de vida do sujeito, não faz sentido e não abre caminhos para emancipação humana. Dessa forma, a Educação Popular e não formal, diz respeito à construção de currículos autônomos, mais flexíveis e abertos para suprir a necessidade das classes populares, perspectiva essa que contempla o Projeto de ensino, pesquisa e extensão a que nos norteamos na realização desse texto.

A Educação de iniciativa popular foi quem realmente abriu caminhos para que fosse pensada uma educação pautada na potencialidade dos sujeitos, dando alternativas para um currículo que rompa com concepções tradicionais que não respeitam o modo de viver das classes populares, dizendo respeito também à ausência do estado na garantia dos direitos dos cidadãos. Tais perspectivas são muito bem colocadas em Pedagogia da Autonomia de Freire:

A consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca. Na verdade, seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, o ser humano não se inserisse em tal movimento. É neste sentido que, para mulheres e homens, estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros. Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível. (FREIRE, 2004, p. 57).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a conquista de uma educação politizada, em seu sentido mais amplo, só se dá através de processos educativos, sejam eles no espaço formal ou não. Entretanto, o que aqui nos interessa, é o modo como vem se dando esses processos em espaços informais de educação, espaço esse exemplificado pelo que vem sendo realizado na Comunidade Viva Deus, com “A formação de alfabetizadores (as) de



Com esse Projeto, não só educamos e alfabetizamos, mas também trabalhamos para o processo de constituição de uma consciência política.

O nosso modo de trabalho na Comunidade supracitada é feito por meio de um procedimento metodológico freireano denominado círculo de cultura, ferramenta que nos possibilita discutir as mais diversas questões pertinentes ao universo do sujeito, bem como pensar em estratégias coletivas de socialização para pensarmos os embates cotidianos dos sujeitos que compõem o grupo.

Diante do fato de que temos ritmos distintos de aprendizagem, uns são alfabetizados e outros não, realizamos a divisão de dois grupos, para que possamos contemplar os dois ritmos de aprendizagem. No grupo composto pelas pessoas alfabetizadas, realizamos um trabalho pautado no processo de constituição política do sujeito e discutimos textos que nos trazem uma série de temáticas pertinentes ao universo vocabular do grupo, na qual serve de base para o letramento do grupo não alfabetizado.

É importante ressaltar que quando falamos em círculo de cultura, estamos dizendo respeito a ações do cotidiano das pessoas, o que envolve diretamente a sua cultura. Juntamente ao cotidiano, surgem inúmeras problemáticas, principalmente quando se trata de um contexto de movimento social que envolve sujeitos que lutam por ter onde viver e trabalhar. Tal prática revolucionária levou a comunidade em questão a alcançar objetivos que nunca haviam alcançado, pois através das discussões em grupo, os sujeitos puderam enxergar seus problemas e desafios como algo que necessitava de uma solução urgente.

O círculo de cultura é uma ferramenta metodológica muitíssimo utilizada na Educação Popular, pois é onde existe diálogo, trabalho coletivo, pensamento crítico e participação. Para relacionarmos as problemáticas vividas na comunidade com outros temas, nos utilizamos de “temas de dobradiça”, expressão freireana encontrada na obra Pedagogia do Oprimido que serve para melhor esclarecer as temáticas sugeridas pelo grupo:

Uma das tarefas do chamado intelectual que a gente pode ser, uma delas é exatamente ver que, entre o tema “A” proposto pelo grupo e o tema “B” haveria um tema “A-B”. Precisariamos de algo que nos possibilitasse a passagem da fronteira entre o “A” e o “B”. E isso é um dos trabalhos do intelectual, do educador comprometido. É ele ver



Tal passagem de um tema para o outro é feita de modo que são apresentadas situações globais que abrem perspectivas para a análise não só dos problemas vividos em comunidade, mas também para problemas nacionais ou regionais, uma vez que tudo está inter-relacionado, e os sujeitos precisam estar cientes da totalidade e da universalidade das coisas.

Um exemplo prático dos problemas vivenciados em comunidade que estão sendo relatados aqui são as burocratizações impostas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o INCRA para que os sujeitos sejam realmente assentados, uma vez que estão na condição de acampados à margem da rodovia. Sabemos que por trás de todos esses processos-lentos-, há um jogo de interesses pertinentes a questões territoriais por parte de uma empresa local que não quer que eles sejam fixados naquele território, realizando ataques à comunidade, como por exemplo, envenenar as plantações e destruir as casas.

Por mais sérias que essas acusações sejam, temos provas concretas de que isso realmente ocorreu e que tais práticas ainda são feitas em pleno século XXI. Tais ataques são destinados à comunidade no intuito de que eles tenham permanecer ali e acabem abandonando o movimento o mais rápido possível. Movimento inverso do que o círculo de cultura faz. Felizmente, nossa metodologia de trabalho tem atuado como um suporte para que haja resistência em situações como essas.

Para lidar com a problemática em questão, tivemos o apoio da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB/MA, através da presença de um representante em nossas rodas de discussão, informando-os acerca dos seus direitos enquanto cidadãos e como deveriam proceder diante de uma situação como essa, pois mesmo que sejam sujeitos abandonados pelo poder público - já que não existem políticas assistenciais voltadas para eles-, são seres humanos amparados pela Constituição Federal, estando no direito de dirigir uma denuncia ao Ministério Público Federal.

Inserindo o homem no centro de sua cultura e dotado de potencialidade para pensar em possíveis soluções para seus problemas, é premente afirmar que, basicamente, é círculo de cultura que os tem ajudado a lidar com problemas reais e com práticas violentas vindas de um sistema que oprime o trabalhador e não quer a sua



liberdade. Tal procedimento se ocupa de construir coletivamente uma rede de

trabalhadores empoderados, dotados de conhecimento de sua classe social e de quem os oprime. Dessa forma, o processo de alfabetização e letramento se torna inteligível para que todos possam ser alfabetizados com base no seu próprio universo vocabular, uma vez que Freire dizia que ler e escrever são uma justificativa para que haja politização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso desafio, enquanto pesquisadores (as) da Educação de iniciativa popular, com base predominante na pedagogia freireana, nos auxiliar no processo de construção de uma metodologia que visualize as diferenças socioculturais entre os sujeitos do campo, e os situados fora do campo, pois sabemos que mesmo possuindo um modo de vida diferente dos da elite, os povos do campo ainda sofrem diante da hegemonia desse modo de vida, que deriva do modelo tradicional de ciência. Não obstante, tal educação não propicia para o sujeito do campo uma formação politizada, uma vez que, para atingir níveis de emancipação humana, o indivíduo necessita de uma formação pautada no seu próprio modo de vida, hábitos, costumes e experiências, ou seja, na sua realidade cotidiana.

REFERENCIAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

PAULA, Ercília. M. A. T. Educação popular, educação não formal e pedagogia social: análise de conceitos e implicações para educação brasileira e formação de professores. IX Congresso Nacional de Educação. Outubro, 2009.

STRECK, Danilo R. A educação popular e a re(construção) do público. Há fogo entre as brasas? Revista Brasileira de Educação. ANPED, Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação. Maio/Agosto. 2006, V 11, n 32, pg.272-284

VON SIMSON, Olga R.M. (org) Educação Não Formal: Cenários de Criação. Campinas: São Paulo. Editora da UNICAMP/ Centro de Memória, 2001.